ses anteriores ao pedido de inscrição); ARLINDO JORGE CABRAL JÚNIOR, considerando que não preenchem o requisito previsto no art. 89, inciso VI, da Lei Complementar n.º 057, de 06.07.2006 (declaração de serviço do seu cargo em dia); O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, INDEFERIU a inscrição dos candidatos JOSE ILTON LIMA MOREIRA JUNIOR e LORENA DE ALBUQUERQUE RANGEL MOREIRA CRUZ, por não preencherem o requisito previsto no art. 89, inciso VIII, da Lei Complementar Estadual n.º 057, de 06.07.2006 (não ter sido removido ou promovido nos seis meses anteriores ao pedido de inscrição).

Os candidatos GRUCHENKA OLIVEIRA BAPTISTA FREIRE, JOÃO BATISTA DE ARAUJO CAVALEIRO DE MACÊDO JUNIOR, VANESSA GALVÃO HERCULANO, MAURO GUILHERME MESSIAS DOS SANTOS e LILIANE CARVALHO RODRIGUES DE OLIVEIRA tiveram suas inscrições prejudicadas, considerando que foram protocoladas em data anterior à sessão de julgamento de suas remoções, nos termos do art. 56, § 9º do Regimento Interno do CSMP.

As candidatas BRENDA MELISSA FERNANDES LOUREIRO BRAGA, FRANCISCA SUENIA FERNANDES DE SÁ e IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA desistiram de participar do certame.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, apreciando os dados constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as normas legais vigentes, nos termos do art. 26, III da LCE nº 057/2006, DECIDIU INDICAR, à unanimidade, a Promotora de Justiça ADRIANA PASSOS FERREIRA, que ocupa a 83ª (oitogésima terceira) posição na lista de antiguidade da 2ª entrância, para remoção ao cargo de 3º PJ DA INFÂNCIA E JUVENTUDE E DE DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DOS IDOSOS DE ABAETETUBA, em razão de ser a candidata mais antiga a concorrer no certame e não existir qualquer motivo que legitimasse a sua recusa.

2.2. Julgamento de Remoção à 2ª Entrância, para o cargo de 3º PJ da Infância e Juventude de Ananindeua, pelo critério de antiguidade, edital nº 46/2020, processo nº 53/2020/CSMP-MPPA.

O Egrégio Conselho Superior, por unanimidade de votos, DEFERIU a inscrição dos candidatos abaixo relacionados, por preencherem os pressupostos objetivos do art. 89 c/c 98 da LCE nº 057/2006:

CARLOS LAMARCK MAGNO BARBOSA
ALAN JOHNNES LIRA FEITOSA
IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA
MÁRCIO LEAL DIAS
ANDRÉ CAVALCANTI DE OLIVEIRA
EVANDRO DE AGUIAR RIBEIRO
FRANCISCA PAULA MORAES DA GAMA
LAÉRCIO GUILHERMINO DE ABREU
LÉA CRISTINA MOUZINHO DA ROCHA
SABRINA SAID DAIBES DE AMORIM
JULIANA DIAS FERREIRA DE PINHO NOBRE
EMÉRIO MENDES COSTA
CRYSTINA MICHICO TAKETA MORIKAWA
ANDRESSA ÉRICA ÁVILA PINHEIRO
FRANCYS LUCY GALHARDO DO VALE

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, INDEFERIU a inscrição dos candidatos abaixo:

MAGDALENA TORRES TEIXEIRA, considerando que não preenche o requisito previsto no art. 89, inciso III, da Lei Complementar n.º 057, de 06.07.2006;

ARLINDO JORGE CABRAL JÚNIOR e MARIA JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO CUNHA, considerando que não preenchem o requisito previsto no art. 89, inciso VI, da Lei Complementar n.º 057, de 06.07.2006 (declaração de serviço do seu cargo em dia);

LORENA DE ALBUQUERQUE RANGEL MOREIRA CRUZ, por não preencher o requisito previsto no art. 89, inciso VIII, da Lei Complementar Estadual n.º 057, de 06.07.2006 (não ter sido removido ou promovido nos seis meses anteriores ao pedido de inscrição).

Os candidatos SABRINA MAMEDE NAPOLEAO KALUME, DANIEL MENEZES BARROS, MAURO GUILHERME MESSIAS DOS SANTOS, JOÃO BATISTA DE ARAUJO CAVALEIRO DE MACÊDO JUNIOR e ADRIANA PASSOS FERREIRA tiveram suas inscrições prejudicadas, considerando que foram protocoladas em data anterior à sessão de julgamento de suas remoções, nos termos do art. 56, § 9º do Regimento Interno do CSMP.

Os candidatos FRANKLIN JONES VIEIRA DA SILVA e LILIAN VIANA FREIRE desistiram de participar do certame.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, apreciando os dados constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as normas legais vigentes, nos termos do art. 26, III da LCE nº 057/2006, DECIDIU INDICAR, à unanimidade, a Promotora de Justiça LÉA CRISTINA MOUZINHO DA ROCHA, que ocupa a 25ª (vigésima quinta) posição na lista de antiguidade da 2ª entrância, para remoção ao cargo de 3º PJ DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE ANANINDEUA, em razão de ser a candidata mais antiga a concorrer no certame e não existir qualquer motivo que legitimasse a sua recusa.

2.3. Julgamento de Remoção ou Promoção à 2ª Entrância, para o cargo de 1º PJ de Rondon do Pará, ambos pelo critério de antiguidade, edital nº 47/2020, processo nº 54/2020/CSMP-MPPA.

O Egrégio Conselho Superior, por unanimidade de votos, DEFERIU a inscrição da candidata LORENA DE ALBUQUERQUE RANGEL MOREIRA CRUZ, por ser candidata única a concorrer.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, INDEFERIU a inscrição do candidato ARLINDO JORGE CABRAL JÚNIOR, considerando que não preenche o requisito previsto no art. 89, inciso VI, da Lei Complementar n.º 057, de 06.07.2006 (declaração de serviço do seu cargo em dia).

A candidata VANESSA GALVÃO HERCULANO teve sua inscrição prejudi-

cada, considerando que foi protocolada em data anterior à sessão de julgamento de suas remoções, nos termos do art. 56, § 9º do Regimento Interno do CSMP.

Os candidatos MAURO GUILHERME MESSIAS DOS SANTOS e LUIZ DA SILVA SOUZA desistiram de participar do certame.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, apreciando os dados constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as normas legais vigentes, nos termos do art. 26, III da LCE nº 057/2006, DECIDIU INDICAR, à unanimidade, o(a) Promotor(a) de Justiça LORENA DE ALBUQUERQUE RANGEL MOREIRA CRUZ, que ocupa a 127ª (centésima vigésima sétima) posição na lista de antiguidade da 2ª entrância, para remoção ao cargo de 1º PJ DE RONDON DO PARÁ, em razão de ser o(a) candidato(a) mais antigo(a) a concorrer no certame e não existir qualquer motivo que legitimasse a sua recusa.

2.4. Julgamento de Remoção na 2ª Entrância, para o cargo de 2º PJ de Bragança, pelo critério de antiguidade, edital nº 48/2020, processo nº 55/2020/CSMP-MPPA.

O Egrégio Conselho Superior, por unanimidade de votos, DEFERIU a inscrição dos candidatos abaixo relacionados, por preencherem os pressupostos objetivos do art. 89 c/c 98 da LCE nº 057/2006:

ALAN JOHNNES LIRA FEITOSA
NAYARA SANTOS NEGRÃO
ANDRÉ CAVALCANTI DE OLIVEIRA
FRANCISCA PAULA MORAIS DA GAMA
SABRINA SAID DAIBES DE AMORIM SANCHEZ
BRUNA REBECA PAIVA DE MORAES
DANIEL BRAGA BONA
FRANCYS LUCY GALHARDO DO VALE

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, INDEFERIU a inscrição dos candidatos abaixo:

MAGDALENA TORRES TEIXEIRA, considerando que não preenche o requisito previsto no art. 89, inciso III, da Lei Complementar n.º 057, de 06.07.2006;

ARLINDO JORGE CABRAL JÚNIOR, considerando que não preenchem o requisito previsto no art. 89, inciso VI, da Lei Complementar n.º 057, de 06.07.2006 (declaração de serviço do seu cargo em dia);

LORENA DE ALBUQUERQUE RANGEL MOREIRA CRUZ, por não preencher o requisito previsto no art. 89, inciso VIII, da Lei Complementar Estadual n.º 057, de 06.07.2006 (não ter sido removido ou promovido nos seis meses anteriores ao pedido de inscrição).

Os candidatos MAURO GUILHERME MESSIAS DOS SANTOS, JOAO BATISTA DE ARAUJO CAVALEIRO DE MACÊDO JUNIOR e VANESSA GALVÃO HERCULANO tiveram suas inscrições prejudicadas, considerando que foram protocoladas em data anterior à sessão de julgamento de suas remoções, nos termos do art. 56, § 9º do Regimento Interno do CSMP.

Os candidatos CRYSTINA MICHICO TAKETA MORIKAWA e EMÉRIO MENDES COSTA desistiram de participar do certame.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, apreciando os dados constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as normas legais vigentes, nos termos do art. 26, III da LCE nº 057/2006, DECIDIU INDICAR, à unanimidade, o(a) Promotor(a) de Justiça BRUNA REBECA PAIVA DE MORAES, que ocupa a 96ª (nonagésima sexta) posição na lista de antiguidade da 2ª entrância, para remoção ao cargo de 2º PJ DE BRAGANÇA em razão de ser o(a) candidato(a) mais antigo(a) a concorrer no certame e não existir qualquer motivo que legitimasse a sua recusa.

3. Julgamento de Processos:

3.1. Processos de Relatoria do Conselheiro WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO:

3.1.1. Processo nº 000204-911/2015 - Declínio

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Associação dos Pequenos Agricultores Familiares do Assentamento Burgo

Origem: 11ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no repasse de recursos públicos pelo Município de Marabá à Associação dos Pequenos Agricultores Familiares do Assentamento Burgo – Fazenda Sunair.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela RATIFICAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO, devendo os autos serem remetidos, com a devida urgência, ao Ministério Público Federal, para que sejam adotadas as providências cabíveis, por força do art. 8º, inciso IX do Regimento Interno do CSMP e art. 3º, da Resolução n.º 005/2014 – MP/CSMP, vez que há interesse jurídico da União no feito por envolver verba pública oriunda do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

3.1.2. Processo nº 001477-116/2013

Requerente(s): Auditoria Geral do Estado - AGE

Requerido(s): 1ª Regional de Proteção Social - SESP

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar eventual irregularidade referente a ausência de documentos comprobatórios de realização de viagens de servidores que receberam diárias pelo 1º Centro Regional de Proteção Social – CRS da SESP.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006, uma vez que não houve comprovação de que os servidores, vinculados ao Centro Regional de Proteção Social – CRS, estariam envolvidos em esquema de fraude referente à concessão de diárias pela realização de viagens.

3.1.3. Processo nº 000225-151/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará